

REVISTA VIRTUAL DIREITO BRASIL

Normas Editoriais

Coordenação

Maria Bernadete Miranda

ISSN 2176-3259

Direito Brasil 
Publicações

Normas de Publicação para Autores de Colaboração Autoral

1. A seleção de trabalhos (Conteúdo Editorial) para publicação é de competência do Conselho Editorial da Editora Revista Virtual Direito Brasil. Referido Conselho Editorial é formado por vários membros, de forma a preservar o pluralismo, a imparcialidade e a independência na análise dos artigos encaminhados. Eventualmente, os trabalhos poderão ser devolvidos ao Autor com sugestões de caráter científico que, caso aceite, poderá adaptá-los e reencaminhá-los para nova análise. Não será informada a identidade dos responsáveis pela análise do Conteúdo Editorial de autoria do Colaborador.

2. O envio do Conteúdo Editorial para publicação na Editora Revista Virtual Direito Brasil implica aceitação dos termos e condições da Cessão de Direitos Autorais de Colaboração Autoral e Termo de Responsabilidade, por meio da qual o Autor cede globalmente os direitos autorais do Conteúdo Editorial enviado para a Editora Revista Virtual Direito Brasil e seus sucessores ou cessionários, por todo o prazo de vigência dos direitos patrimoniais de Autor, previsto na Lei Autoral brasileira, para publicação ou distribuição em meio impresso ou eletrônico, ficando autorizada a incluir esse Conteúdo Editorial, nos meios de divulgação impressos ou digitais, on-line, Intranet, via Internet e hospedagem, isoladamente ou em conjunto com outras obras e serviços de informação eletrônica, em servidores próprios, de terceiros ou de clientes, podendo distribuí-la comercialmente e comercializá-la, por todos os meios eletrônicos existentes ou que venham a ser criados futuramente, inclusive através de armazenamento temporário ou definitivo em memória ou disco dos usuários ou clientes, em aparelhos móveis ou fixos, portáteis ou não, cabendo a Editora Revista Virtual Direito Brasil determinar todas as suas características editoriais e gráficas, modo de distribuição, disponibilização, visualização, acesso, download, portais de Internet, bando de dados, bem como divulgação e publicidade. A Editora Revista Virtual Direito Brasil fica autorizada a proceder modificações e correções para a adequação do texto às normas de publicação.

3. O material recebido e não publicado não será devolvido.

4. Os Conteúdos Editoriais devem atender a todas as normas de publicação. A Editora Revista Virtual Direito Brasil não se responsabilizará por realizar qualquer complemento, tais como inserção de sumário, resumo ou palavras-chave (em português e em outra língua estrangeira), que ficam à elaboração exclusiva do Autor do artigo.

5. O envio do material relativo aos Conteúdos Editoriais deve ser feito por correio eletrônico para o endereço: mbernadetemiranda@gmail.com. Recomenda-se a utilização de processador de texto Microsoft Word.

6. Os artigos deverão ser precedidos por uma página da qual se fará constar: título do trabalho, nome do Autor (ou Autores), qualificação (situação acadêmica, títulos, instituições às quais pertença e a principal atividade exercida), número do CPF, endereço completo para correspondência, telefone, e-mail, relação da produção intelectual anterior, autorização de publicação pela Editora Revista Virtual Direito Brasil com a assinatura da Cessão de Direitos Autorais de Colaboração Autoral e Termo de Responsabilidade.

7. Não há um número predeterminado de páginas para os textos. Esse número deve ser adequado ao assunto tratado. Porém, para publicação nesta Revista, os trabalhos deverão ter no mínimo 15 laudas (cada lauda deve ter 2.100 toques). Os parágrafos devem ser justificados. Não devem ser usados recuos, deslocamentos, nem espaçamentos antes ou depois. Não se deve utilizar o tabulador - TAB - para determinar os parágrafos: o próprio - ENTER - já o determina. Como fonte, usar a *Times New Roman*, corpo 12. Os parágrafos devem ter entrelinha 1,5; as margens superior e inferior 2,0 cm e as laterais 3,0 cm. A formatação do tamanho do papel deve ser A4.

8. O curriculum deve obedecer ao seguinte critério: iniciar com a titulação acadêmica (da última para a primeira); caso exerça o magistério, inserir dados pertinentes, logo após a titulação; em seguida completar as informações adicionais (associações ou outras instituições de que seja integrante) – máximo de três; finalizar com a função ou profissão exercida (que não seja na área acadêmica). Exemplo: Pós-doutor em Direito privado pela Universidade de Coimbra. Doutor em Direito Comercial pela PUC/SP. Professor em Direito Comercial na Faculdade de Direito da USP. Membro do IBDE. Juiz Federal em São Paulo.

9. Os Conteúdos Editoriais deverão ser precedidos por um breve *Resumo* (10 linhas no máximo) em português e em outra língua estrangeira, preferencialmente em inglês.

10. Deverão ser destacadas as Palavras-chave (com o mínimo de cinco), que são palavras ou expressões que sintetizam as ideias centrais do texto e que possam facilitar posterior pesquisa ao trabalho; elas também devem aparecer em português e em outra língua estrangeira, preferencialmente em inglês, a exemplo do Resumo.

11. A numeração do Sumário deverá sempre ser feita em arábico. É vedada a numeração de itens em algarismos romanos. No Sumário deverão constar os itens com até três dígitos. 1. Introdução; 2. Direito do Consumidor; 2.1 Conceito e Definição de consumidor; 2.1.1 Responsabilidade civil do consumidor; 2.2 Conceito e Definição de fornecedor; 2.2.1 Responsabilidade civil do fornecedor.

12. As referências bibliográficas deverão ser feitas de acordo com a NBR6023/2002 (Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT – Anexo I). As referências deverão ser citadas em notas de rodapé ao final de cada página, e não em notas de final.

13. Todo destaque que se queira dar ao texto deve ser feito com o uso de itálico. Jamais deve ser usado o **negrito** ou o sublinhado.

14. As referências legislativas ou jurisprudenciais devem conter todos os dados necessários para sua adequada identificação e localização. Em citações de sites de Internet, deve-se indicar expressamente, a data do acesso.

EXEMPLO

ASPECTOS EMERGENTES DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NA CONSTITUIÇÃO ITALIANA E BRASILEIRA

EMERGING ASPECTS OF THE HUMAN DIGNITY PRINCIPLE IN THE ITALIAN AND BRAZILIAN CONSTITUTION

*Maria Bernadete Miranda*¹
*Fernando Silveira Melo Plentz Miranda*²

RESUMO: Como tentativa de enfrentar as origens histórico-filosóficas que culminaram na sedimentação do conceito jurídico da expressão *dignidade da pessoa humana*, este estudo tem por objetivo examinar os motivos pelos quais os direitos fundamentais estão normatizados no texto constitucional italiano e brasileiro. Aborda-se o tema a partir de uma vigorosa pesquisa doutrinária, e desta maneira, apresenta-se um estudo comparado, ainda que sucinto, dos mecanismos jurídicos que asseguram a efetivação dos direitos fundamentais na Itália e no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Direito comparado. Direitos fundamentais. Dignidade da pessoa humana.

ABSTRACT: As an attempt to face the historical-philosophical origins that culminated in the sedimentation of the legal concept of the expression human dignity, this study aims to examine the reasons why fundamental rights are standardized in the Italian and Brazilian constitutional text. The subject is approached from a vigorous doctrinal research, and in this way, a comparative study is presented, albeit succinct, of the legal mechanisms that ensure the realization of fundamental rights in Italy and Brazil.

KEYWORDS: Comparative law. Fundamental rights. Dignity of human person.

Sumário: 1 Introdução. 2 Origens históricas. 3 O princípio da dignidade da pessoa humana e a constituição italiana de 1947. 4 O princípio da dignidade da pessoa humana e a constituição brasileira de 1988. 5 Conclusão. 6 Referências bibliográficas.

1. INTRODUÇÃO

A dignidade da pessoa humana abrange uma diversidade de valores existentes no mundo contemporâneo. Trata-se de um conceito adequável a realidade e a modernização da sociedade, devendo estar em conluio com a evolução e as tendências atuais das necessidades do ser humano.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (Exemplos)

ALIGHIERE, Dante. *The divine comedy*. New York: Barnes & Nobles, 2008.

ANGIOLINI, V. *Diritti umani*. Turin: Giappichelli, 2012.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

ARISTÓTELES. *A constituição de Atenas*. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural. 1999.

BOBBIO, Norberto. *Direito e estado no pensamento de Emanuel Kant*. Brasília: Universidade de Brasília, 2010

¹ Doutora e Mestre em Direito das Relações Sociais, sub-área Direito Empresarial, pela PUC/SP. Professora de Direito Empresarial na Universidade de Sorocaba. Advogada.

² Doutor em Educação pela Universidade de Sorocaba. Mestre em Direitos Fundamentais pelo Unifio. Professor de Direito do Trabalho na Universidade de Sorocaba. Advogado e Administrador de Empresas.

Revista Virtual Direito Brasil

Normas Editoriais

ISSN 2176-3259